

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN - RS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO BACHARELADO

Letícia de Souza

**PAUTAS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
NO FACEBOOK:
ANÁLISE DE INTERAÇÕES NO PERFIL DO JORNAL O ALTO
URUGUAI**

Frederico Westphalen, RS
2022

Letícia de Souza

**PAUTAS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO FACEBOOK:
ANÁLISE DE INTERAÇÕES NO PERFIL DO JORNAL O ALTO URUGUAI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo Bacharelado do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal da Santa Maria, Campus Frederico Westphalen (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau em **Jornalismo Bacharelado**.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Foletto

Frederico Westphalen, RS
2022

Letícia de Souza

**PAUTAS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO FACEBOOK:
ANÁLISE DE INTERAÇÕES NO PERFIL DO JORNAL O ALTO URUGUAI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo Bacharelado do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal da Santa Maria, Campus Frederico Westphalen (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau em **Jornalismo Bacharelado**.

Aprovado em 7 de fevereiro de 2023.

**Prof. Dr. Rafael Foletto (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Prof. Dr. Luis Fernando Rabello Borges (UFSM)

Prof. Dr. Joel Felipe Guindani (UFSM)

Frederico Westphalen, RS
2022

RESUMO

PAUTAS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO FACEBOOK: ANÁLISE DE INTERAÇÕES NO PERFIL DO JORNAL O ALTO URUGUAI

AUTORA: Letícia de Souza
ORIENTADOR: Prof. Dr. Rafael Foletto

O mundo tecnológico em que a sociedade está inserida apresenta novos desafios nas dinâmicas comunicacionais. Mudanças no fazer jornalístico e as mudanças nas dinâmicas sociais apresentam inúmeros desafios para o mundo contemporâneo, tais mudanças interagem e afetam diretamente as mais diversas etnias, crenças, visões de mundo e classes sociais trazendo à tona fenômenos que merecem atenção. O presente estudo tem como principal finalidade observar como se constrói a cidadania a partir de uma perspectiva contemporânea por meio de comentários de usuários em uma postagem na página da rede social do Jornal o Alto Uruguai, com foco na pauta de manifestações das comunidades indígenas e as apresenta como tema central desse trabalho e também atuação dessas comunidades contra a tese do Marco Temporal que foram discutidas novamente em 2021. Para esta pesquisa foi utilizada a nuvem de tags, Lemos (2016), como um procedimento segundo Bardin (2011, *apud* SANTOS, 2012), de pré análise e preparação do material a ser pesquisado, combinadas com os procedimentos de observação não-participante seguindo adaptações de Marietto (2018) combinadas com o uso de tecnologia para a coleta e análise dos dados obtidos.

Palavras-chave: Redes sociais; Cidadania; Observação não participante; Povos originários.

ABSTRACT

INDIGENOUS GUIDELINES AND THE CONSTRUCTION OF CITIZENSHIP ON FACEBOOK: ANALYSIS OF INTERACTIONS IN THE PROFILE OF THE NEWSPAPER O ALTO URUGUAI

AUTHOR: Leticia de Souza
ADVISOR: Prof. Dr. Rafael Foletto

The technological world in which society is inserted presents new challenges in the communication dynamics. Changes in journalism and changes in the social dynamics present countless challenges for the contemporary world; such changes interact and directly affect the most diverse ethnicities, beliefs, worldviews, and social classes, resulting in phenomena that deserve attention. The main objective of this study is to observe how citizenship is constructed from a contemporary perspective through user comments in a post on the social network page of Jornal o Alto Uruguai, focusing in manifestations of indigenous communities, the central theme of this work, and also the performance of these communities against the Marco Temporal thesis that were discussed again in 2021. For this research, Nuvem de Tags ,Lemos (2016), was used as a procedure according to Bardin (2011, *apud* SANTOS, 2012) of pre-analysis and preparation of the material to be researched, combined with the procedures of non-participant observation after adaptations from Marietto (2018) added to the use of technology for the collection and analysis of the data obtained.

Keywords: Social networks; Citizenship; Non-participant observation; Native peoples.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Publicação do Jornal. Contém a chamada, foto e link para a matéria | 10 |
| Figura 2 - Seleção de todos os comentários da postagem a ser analisada. | 24 |
| Figura 3 - Nuvem de palavras a partir de comentários em publicação do Facebook | 25 |
| Figura 4 - Comentários selecionados contendo discurso de ódio | 28 |
| Figura 5 - Comentários contendo críticas e incentivo ao trabalho..... | 30 |
| Figura 6 - Comentários contendo informações extras e Fake News | 31 |
| Figura 7 - Comentários contendo textos de apoio e respostas aos outros usuários. . | 33 |
| Figura 8 -Trecho retirado das diretrizes do Facebook..... | 34 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA..... | 11 |
| 1.2 OBJETIVO GERAL..... | 11 |
| 1.2.1 Objetivos específicos..... | 16 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 14 |
| 2.1 O JORNALISMO NO FACEBOOK..... | 14 |
| 2.2 REDES SOCIAIS E CIDADANIA..... | 16 |
| 2.2.1 Identidade e diferença..... | 19 |
| 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DADOS OBSERVADOS..... | 23 |
| 3.1 A SITUAÇÃO A SER OBSERVADA..... | 27 |
| 3.1.1 Agressão..... | 27 |
| 3.1.2 Críticas e incentivo ao trabalho..... | 28 |
| 3.1.3 Informação..... | 30 |
| 3.1.4 Respostas dos indígenas e apoiadores. | 32 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 35 |
| REFERÊNCIAS..... | 37 |

1. INTRODUÇÃO

No histórico genocídio indígena do Brasil muito se perdeu na luta por terras, garantia de direitos e dignidade, os povos originários resistiram e resistem até os dias de hoje Will (2014). Uma vez que os principais personagens desse estudo são os povos originários, assim discorre Cortezão (2017) sobre os estigmas imposto às minorias indígenas.

Alvos de toda sorte de ataques violentos ao longo da história, os índios experimentam no dia-a-dia os efeitos negativos da estereotipização. Mesmo após importantes conquistas na efetivação de direitos obtidas ao longo dos anos, a figura do índio no Brasil e o espaço que ele ocupa na sociedade são objeto de tensões e ataques vindos dos mais diversos setores da sociedade, desde o parlamento federal até os grupos de moradores das pequenas áreas urbanas do interior do Amazonas. O processo de integração com ideias etnocentristas nos povos civilizados, a formação do Estado nacional e os programas governamentais brasileiros de incorporação do indígena não reconheceram as diversidades dos povos que habitavam o país quando da chegada dos colonizadores. Até os dias de hoje, as imagens e conceituações sobre os índios, difundidas por não-índios e, em consequência, pelos próprios índios, carrega marcas profundas de preconceitos e ignorância. (CORTEZÃO, 2017, p. 50)

A reflexão acerca dessa temática se faz urgente e necessária, em minha jornada ela ocorre a partir de vivências pessoais e familiares, venho de uma família com origens Kaingang em que ainda na infância, pude presenciar todo o tipo de desigualdade, exclusão e preconceito contra os povos originários.

Este tema que desde criança gerou em mim inúmeros questionamentos e que nos dias de hoje, munida de conteúdo científico e tecnologia, por meio desta pesquisa, pude obter maior compreensão das questões relacionadas que surgiram ao longo de todos esses anos.

No que diz respeito à minha ancestralidade e no geral, às questões mais específicas, como por exemplo o que levou os exploradores portugueses a exterminarem de forma abominável inúmeras etnias que viveram no território por milhares de anos, quais foram as razões para grande parte da sociedade acreditar que os povos originários não merecem a assistência e o reconhecimento do estado, qual é a atuação que o jornalismo possui nas novas dinâmicas digitais e no combate a desinformação.

O porquê das notícias que são veiculadas sobre eles apresentarem em sua maioria pautas sem muita apuração ou até negativas, quase nunca ou muito pouco se

lê sobre as contribuições que esse povo fez e ainda faz à sociedade não aborígene, a forma com que a mídia retrata a realidade indígena fortalece os estereótipos do senso comum, e tantas outras que surgiram no aprofundamento da pesquisa.

São reflexões que não devem ser pensadas e problematizadas apenas por mim, mas por todas as pessoas que vivem em sociedade, que buscam construir e debater no âmbito acadêmico e social. Uma sociedade que atualmente vive extremamente ativa e conectada nas redes sociais e que no decorrer de inúmeras décadas se transformou e deu novas roupagens ao exercício da cidadania.

A internet tornou-se uma ferramenta primordial para a comunicação, no Brasil e no mundo, vários meios de comunicação já se digitalizaram, no estado do Rio Grande do Sul por exemplo, o Jornal O Sul deixou o meio impresso e ateve-se apenas ao meio digital, em que conta com um portal de notícias e aplicativos que possuem um fluxo de 24h de informação.

O Sul, não é uma exceção, outros jornais têm aderido às plataformas digitais para veicular notícias. Em Frederico Westphalen, o jornal O Alto Uruguai – A.U, passou a utilizar o Facebook como uma forma de aproximar os leitores da cidade e região, afim de instiga-los adquirir o jornal ou visitar o site, a estratégia do jornal é baseada na publicação de postagens com pequenas chamadas ou notícias curtas, sempre com a presença de links diretos para as notícias, atualmente a página do jornal no Facebook conta com aproximadamente 60.489 seguidores e 56.724 curtidas, de acordo os dados expostos na página do A.U.

Figura 1 - Publicação do Jornal. Contém a chamada, foto e link para a matéria



Fonte: Fanpage do Jornal O Alto Uruguai (2022).

Cada vez mais o fazer jornalístico tem se reinventado, acompanhando a constante evolução das tecnologias que se aperfeiçoam para atender as necessidades dos usuários, para envolver o leitor e fazê-lo interagir com o que é publicado, nesse contexto faz-se importante ressaltar que a pesquisa dessa temática é atual e fundamental.

Ao longo da história, verificam-se inúmeras vezes em que os povos originários tiveram suas vozes caladas, fosse em nome da religião, pela violência, por doenças, pelo progresso a qualquer custo, ou ainda pelas outras incontáveis consequências do contato forçado entre brancos e índios, Brandão (1986, *apud* Garcia et. al., 2001).

O ano de 2021 foi emblemático para os povos originários que se manifestaram contra a tese do Marco Temporal, nesse período o julgamento de um caso envolvendo o Governo de Santa Catarina e uma comunidade indígena Xokleng, Guarani e Kaingang voltou a ser discutido, pois a Justiça Federal Catarinense ordenou a reintegração de posse de uma parcela da Reserva Biológica do Sassafrás, em que residem esses povos.

As manifestações ocorrem no país desde junho e julho quando a pauta retornou para o STF, porém a votação foi adiada para o dia 25 de agosto, na região norte e nordeste do Rio Grande do Sul os povos aldeados mobilizaram-se em vigília contra o

marco temporal nos dias 24 e 25 de agosto, em apoio à causa várias lideranças indígenas de comunidades vizinhas como Planalto, Lajeado Bugre, Vicente Dutra, Rodeio Bonito, Liberato Salzano e reuniram-se para ocupar a BR – 386 em Iraí em atos pacíficos. Novamente a votação da tese foi adiada, para o dia 1 de setembro, de acordo com Douglas Cavallini em reportagem para o Jornal O Alto Uruguai.

Atualmente, com a toda evolução que o mundo globalizado proporcionou a sociedade, as formas de retaliação contra as minorias indígenas ficam subentendidas para proteger os interesses do agronegócio, dos empresários, dos políticos e não isentos, os meios de comunicação.

A partir dos pontos anteriormente citados, optou-se por focar na análise de dados e observação não participante das interações, atendo-se aos comentários e réplicas de comentários dos leitores, que também são usuários do Facebook e seguem o Jornal O Alto Uruguai na rede social, a análise que será efetuada em uma publicação sobre manifestações contra a tese do Marco Temporal que ocorreram no ano de 2021, contém pautas importantes para a luta indígena, pois eles exercem com afinco seus direitos e resistem às propostas e projetos de lei que ameaçam a vida e a cultura por parte do Estado. Tal como, a observação e análise dos posicionamentos dos usuários em geral sobre a matéria.

Para a análise foram coletados dados de texto em 200 comentários na interação da página do jornal, utilizando análise de conteúdo por meio do recurso gráfico Nuvem de Palavras (NP), que propiciou um encaminhamento acerca dos termos mais utilizados e a frequência com que os mesmos aparecem nas interações, a fim de gerar melhor visualização do que foi investigado como etapa de pré-análise

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente artigo visa contribuir com as minorias indígenas da região, observando e levantando o debate sobre a construção da cidadania no Facebook. O estudo se deu a partir da análise dos comentários e interações presentes em uma notícia postada na página do jornal O Alto Uruguai, e como o veículo escolhido para o estudo media essas interações. No contexto atual o preconceito vem assumindo novas expressões, muitas vezes mascarado ele perpassa os níveis políticos até se institucionalizar, Braga (2012).

A observação e análise dos dados, posteriormente anexados, abrangem não apenas o campo social, mas também o campo ético e profissional. São construídas com intuito de proporcionar à sociedade em geral a reflexão acerca da maneira como as pautas dos povos originários da região são retratadas na mídia, bem como os preconceitos dos quais esses povos são alvo. Além de refletir sobre a responsabilidade social que os jornalistas e os meios de comunicação exercem diante das injustiças sofridas por eles.

O tema em questão é relevante também para a sociedade, que em muito pode refletir sobre suas práticas, visando principalmente contribuir com as lideranças indígenas que se articulam, ocupam espaços públicos e lutam a fim de proteger seus ideais, de suas famílias e comunidades, cultivando por meio da mobilização social, suas culturas e raízes.

Além disso, as constatações feitas durante a pesquisa procuram agregar para um jornalismo mais responsável, que dá visibilidade aos povos indígenas na mídia, assim como, contribuir para que os meios jornalísticos possam ter mais ferramentas para mediar essas interações nas redes sociais, também a regulamentação das mesmas.

Diante de tais motivações, a fim de somar na garantia por direitos, o estudo aqui proposto está contextualizado em uma temática atual, que merece ser debatida, pois não há possibilidade alguma de normalizar a violência nas redes.

1.2 OBJETIVO GERAL

Em determinada comunidade no Facebook foram observados comentários das mais diversas naturezas, internautas debatiam e fomentavam discussões acerca dos mais variados temas dirigidos à população indígena, foco da matéria em questão.

A partir disso, o presente trabalho buscou investigar como se dá a representação da identidade cidadã indígena contemporânea nas redes sociais a partir das interações dos internautas.

1.2.1 Objetivos específicos

Analisar os conteúdos compartilhados nos comentários de uma postagem de agosto de 2021, pela página do jornal O Alto Uruguai com o título: “Indígenas voltam a bloquear trânsito na BR-386 em Iraí”.

Compreender como se constrói a identidade indígena contemporânea nas redes sociais e contribuir para a reflexão sobre o papel social dos jornalistas, e como corroboram para o exercício da cidadania, além disso também os novos processos sociais e informacionais da sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A comunicação e o Facebook

Seria o Facebook, a nova avenida para mobilizações, participação cidadã ou apenas uma espécie de mural para expressar opiniões? O Facebook, é uma rede social gratuita, que foi lançada no ano de 2004, faz parte das empresas Meta, fundada pelo norte americano Mark Zuckerberg, atualmente a rede social possibilita aos usuários uma série de dispositivos para interação, disseminação de informações, relacionamentos e negócios.

De acordo com o Facebook.com, para se tornar um usuário e criar o seu perfil na rede basta ter pelo menos 13 anos, possuir e-mail ou número de telefone e cadastrar uma senha, após esses passos você pode criar listas de interesses, adicionar amigos, receber e enviar mensagens públicas ou particulares, compartilhar fotos, vídeos, áudios. Para empresas ou instituições os procedimentos são semelhantes.

Não é novidade para ninguém que com o advento das redes sociais o mundo, as pessoas, os relacionamentos, e o jornalismo, também mudou, mudanças essas que nas novas dinâmicas permeiam conceitos que vão além de apenas produzir ou consumir conteúdo (CORTEZÃO, 2017).

Alves (2018), por sua vez, diz que a internet possibilitou novas formas de produção e divulgação de notícias, focando aqui em dispositivos móveis, onde mídia e leitores utilizam ferramentas digitais para contar fatos por meio de textos, links, sites e blogs, vídeos, fotos e áudios. Além disso, permite que os produtores de notícias avaliem critérios e nichos que atendem a públicos específicos de seguidores.

Porém, o autor problematiza algumas questões que essa nova maneira do fazer jornalístico proporciona, “[...] A ascensão dos novos meios provocou transformações nas práticas profissionais dos jornalistas, como na forma de redigir a notícia, bem como o próprio público, que tem modificado as formas de leitura [...]”

Para ilustrar o que o autor apresenta, é importante retomar o exemplo do Jornal o Sul, citado na introdução deste trabalho, os meios de comunicação passaram a priorizar os meios digitais para veicular as informações.

Para Canavilhas (2001, apud BARBOSA, 2000) “A máxima nós escrevemos, vocês lêem pertence ao passado”. O Jornalismo como é conhecido atualmente não

se resume apenas a ter passado do meio impresso para o online, a interatividade promete diálogos maiores entre os emissores e os receptores da informação.

Castells (2009, apud MAGRANI, 2014) compreende que a utilização das mídias sociais para a livre expressão e produção de conteúdo, por meio das ferramentas virtuais podem ser chamadas também de comunicação de massas pelo seu grande potencial em atingir um alto número de destinatários. Ressaltando que nesse novo formato os próprios usuários das redes fazem a gestão dos conteúdos a serem publicados por eles.

Recuero (2009) afirma que as redes sociais se constituem por meio das interações entre os atores sociais e as conexões efetuadas por eles, no Facebook as conexões se constituem quando por exemplo o emissor/produtor e também responsável pela publicação, entrevista uma fonte que também é receptora, que após a publicação da matéria também poderá interagir e dar o seu *Feedback* nas próprias redes sociais. A autora diz também que observando fenômenos digitais, pode-se buscar dados tanto qualitativos quanto quantitativos e a partir deles fazer a validação ou teorização de padrões.

Tendo em vista esta afirmação, o estudo se debruça sobre a análise de conteúdo e observa, principalmente, as discussões dos internautas que deixam registros e dados nas redes sociais, os comentários dos usuários serão categorizados e analisados de acordo com cada categoria. Todo o processo de pesquisa ocorreu com a finalidade de compreender como essas interações se constroem e qual é o recorte mais discutido nessas postagens.

Os meios de comunicação presentes nas redes sociais têm a responsabilidade de mediar e filtrar as interações entre os leitores, interação essas que compõem reações, que em um clique imediato demonstram aprovação ao *Curtir* ou dar *Like*, *Haha*, que nesse caso apresenta uma reação de deboche ou comicidade, e *Grr* que demonstra desaprovação ou irritabilidade, além da divulgação de comentários em forma de texto escrito dos próprios internautas que podem interagir entre si.

O Facebook, assim como as outras redes sociais, possui suas próprias características, possibilitando que seus usuários manifestem suas opiniões, troquem ideias, exponham pontos de vista. Abella (2016) em seu livro sobre Redes sociais e empoderamento cidadão, diz que estas interações se constituem em boas ferramentas para gestar e consolidar identidades coletivas.

Ainda para Recuero (2009), muito antes do surgimento do que é conhecido atualmente como rede social, a civilização já realizava conexões, com o surgimento do Facebook, por exemplo, essas conexões online passaram a atingir uma grande parcela de pessoas e um vasto número de informações é disseminado em pouco tempo.

Para Ribeiro (2022, p. 57) A mídia atualmente, de modo geral tem grande acesso ao público e, dessa forma, exerce um papel importante na construção social da opinião, o Facebook possui como lema: “Dar às pessoas o poder de criar comunidades e aproximar o mundo”. Tratando-se de aproximação, logo fala-se em interação, e sobre redes sociais fala-se em instantaneidade, e é nisso que as empresas jornalísticas têm apostado, quando aderem a essa rede para veicular conteúdo que abrangem a esfera social

Até o dado momento já sabemos que o Facebook proporciona, interatividade, instantaneidade, proximidade. Principalmente, ele mudou a forma com que nos relacionamos em sociedade.

2.2 REDES SOCIAIS E CIDADANIA

Para introduzir ao tema em questão, precisamos nos atentar brevemente sobre os conceitos de cidadania, mas o que é cidadania no mundo contemporâneo? Na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, observa-se o seguinte trecho - todos os seres humanos são iguais perante a lei, sem distinção de raça, cor ou credo. Devem possuir acesso à saúde, educação, habitação e lazer. Basicamente possuem direitos e deveres que vão além do direito ao voto, para que possam ter uma vida digna em sociedade.

Em 05 de outubro de 1988, após 21 anos do regime militar o Brasil testemunhou a construção de uma nova constituição, que viria seguida da intervenção e garantia de direitos fundamentais, a nova carta instaurou e definiu diretos, tais como: acesso educação, saúde e a cultura, também estabelecia o Estado como o principal responsável por garantir esses direitos. Outro feito importantíssimo durante esse período foi a participação cidadã com debates, projetos e sugestões de pessoas comuns que durante a estadia do governo militar não puderam se pronunciar sobre suas próprias vontades ou sugerir mudanças.

Para Covre (1991), só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, não pertencendo ou sendo um direito exclusivo da burguesia, mas também do povo, da vontade em fazer valer os direitos do cidadão. Assim, não apenas como meros receptores, mas principalmente trabalhando para conquistar os direitos que lhes são devidos.

Se existe um problema em seu bairro ou em sua rua, por exemplo, não se deve esperar que a solução venha espontaneamente, é preciso que os moradores se organizem e busquem uma solução, capaz de atingir vários níveis, entre eles o de pressionar os órgãos governamentais competentes. (COVRE, 1991, p. 56).

Ainda segundo a autora anteriormente citada, o conceito pode ser estabelecido em três categorias que não se desvinculam, são: os direitos civis, que basicamente são os direitos sobre o nosso próprio corpo, como por exemplo ir e vir, mas que é muito pouco respeitado em âmbito mundial, no recorte brasileiro um dos principais exemplos foi o processo deslocamento de áreas em que as comunidades indígenas viviam para as Terras Indígenas T.I.

Muitas foram as tentativas de normatizar os povos originários, se pode citar o processo de evangelização efetuado pelos jesuítas, depois os esforços governamentais para realocar os indígenas em áreas aldeadas onde receberiam maquinário e recursos adequados para oferecer mão de obra qualificada ao Estado e as estratégias do governo para a liberação das terras aos colonos, ignorando a forma de vida e relacionamento do índio com o território. (JESUS, 2011)

Além de normatizar, por meio da história do Brasil são percebidas inúmeras vezes em que os direitos dos povos originários foram silenciados, gerando em muitos aspectos a invisibilidade e exclusão, seja para o estado, para a igreja e para grande mídia, como escreve Jesus (2011, p. 45):

A grande imprensa sempre a serviço dos grupos dominantes deste país se restringe a reforçar a imagem dos indígenas como seres violentos, sujos, preguiçosos, improdutivos. Limita-se a guiar o olhar preconceituoso com que cada vez mais um número maior de pessoas enxerga as sociedades indígenas. Sempre que algum interesse por parte do Estado e/ou dos grupos econômicos atingem as populações indígenas, temos demonstrações de como os meios de comunicação lidam com tais questões. (JESUS, 2011, p. 45).

Os direitos sociais, tais como alimentação, saúde, saneamento básico, habitação. Os direitos políticos que dizem respeito à livre expressão de pensamento,

religião, de representação, de participação em movimentos sociais entre outros. Covre (1991, p. 67) diz: “Nesse contexto está a difícil reflexão, os direitos de uns precisam condizer com os direitos dos outros. Permitindo a todos o direito à vida.”

Para Melo (2014) a cidadania não é estática ou imutável, ela evolui conforme a sociedade evolui e atualmente apresenta grande conexão com os direitos humanos já conquistados. Com acesso à internet, por meio dos dispositivos móveis e as redes sociais, ficou evidente que forma de fazer cidadania se transformou. Na atualidade as redes propiciam um certo protagonismo midiático aos atores sociais, logo as noções de cidadania na forma como as conhecemos têm evoluído muito no tempo e no espaço.

No marco desse protagonismo midiático, as modalidades de ação e intervenção de atores e movimentos sociais na sociedade passam, portanto, a construir-se cada vez mais tensionadas pela exigência de um tipo de visibilidade pública atribuída pela lógica meios de comunicação ao mesmo tempo em que também esses atores e movimentos se apropriam e reelaboram tais lógicas, transformando a esfera das mídias em um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações e que se encontra, portanto, submetido permanentemente às tensões contraditórias dos interesses que circulam na sociedade. (MUNANGA, 2005, p. 124).

Ravagnani (2013 apud Garcia et. al. 2001), afirma que muitas pautas são compartilhadas erroneamente na mídia e precisam ser revistas. Compreender o papel que a mídia desempenha se faz urgente e necessário, os veículos de comunicação devem e precisam funcionar como agentes sociais para questões de cidadania, desfazer os conceitos anteriormente citados por Brandão (1986, apud Garcia et. al., 2001) em relação aos povos originários brasileiros, só ocorrera, em grande parte, por meio da informação, conscientização e educação.

Para Ribeiro, Mendes e Mendes (2016) as novas faces da cidadania costumam aos movimentos sociais outras formas de articulação no ambiente virtual, por meio de grupos nas redes sociais, canais no Youtube com conteúdo alternativo, e-mails informativos, o ativismo virtual se mobiliza sobre as necessidades exigidas pela sociedade.

Dentro das redes sociais é apresentado um novo formato, do que Silva et al. (2018), chama de arena de discussões políticas, dentro dessa arena a autora explica o conceito da nova democracia, denominada por ela como democracia digital. Mesmo o Facebook sendo essa plataforma para disseminação de informações, ele também atua para formar opiniões e gerar ideias, a partir de conceitos que são difundidos pelos

próprios usuários atraindo-os para o debate nas redes que é o foco principal da pesquisa em questão.

2.2.1 Identidade e diferença

Cortezão (2017, p. 76) questiona: “[...] O que leva, então, indivíduos ou grupos a ignorarem ou rejeitarem os refreamentos impostos pela autoconsciência resultante do processo civilizador e empreenderem ataques frontais na internet tendo como alvo diferenças étnicas e raciais? [...]”

No mundo contemporâneo, os conceitos que envolvem diversidade e diferença têm se naturalizado, tolerância e respeito são socialmente aceitos, mas no recorte da pesquisa em questão serão problematizados. Silva (2000) argumenta que a identidade e a diferença são produções simbólicas e discursivas, dependem das relações sociais, logo possuem estreitas conexões com as relações de poder, o poder de definir a identidade e marcar a diferença, como defende o autor, são exemplificadas quando se inclui ou exclui, se demarca fronteiras, se classifica e normaliza. Isso ocorre quando por meio da linguística definimos “nós” e “eles” utilizando ferramentas como símbolos ou representações sociais.

De acordo com a ONU, no ano de 2022 a população mundial chegará a 8 bilhões, o mundo possui inúmeras etnias, classes sociais, religiões, cores e tipos diferentes de cultura, como explica o professor e antropólogo Kabengele Munanga (1996), o conceito de raça surgiu nos estudos de botânica e zoologia, para classificar espécies de animais e plantas, já na França foi utilizado para diferenciar os ricos e os pobres, no iluminismo foi utilizado para classificar a diversidade humana, na academia o conceito de raça serve para criticar essa categoria social de dominação e exclusão.

A utilização do conceito de raça no senso comum advém de um processo de hierarquização, como ressalta

O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças. (MUNANGA, 2003, p. 56).

Embora as características culturais, intelectuais e psicológicas tenham influenciado em inúmeros processos sociais de desigualdade e exclusão, é preciso considerar as relações econômicas e de poder e como elas também exercem grande influência na sociedade (CAPPELLE; MELLO; BRITO, 2005).

As hierarquizações, assim como as relações de poder produzem efeitos devastadores, como racismo, violência, discriminação, dominação e exploração. Assim, pode-se citar um crime mundialmente conhecido o holocausto alemão, naquele contexto os judeus, ciganos e negros por serem considerados inferiores não mereciam viver.

No contexto brasileiro, pode-se observar o preconceito contra os povos originários de diversos ângulos, em todas as camadas sociais encontram-se atos e discursos agressivos contra a comunidade.

Jair Bolsonaro, por se tratar de uma personalidade política deveria ter combatido, durante o seu mandato como presidente da república, mas em inúmeras falas públicas racistas ele atacou os povos originários, como por exemplo na 75ª Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2020. Ele responsabilizou os indígenas por incêndios na Amazônia, em nota o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, se pronunciou, dizendo que os povos indígenas estão se esforçado no combate aos incêndios dentro dos seus territórios, a organização afirma que esses crimes são provocados pelos interesses ligados à expansão da agropecuária.

Milanez et. al. (2019, p. 45) considera o racismo no recorte brasileiro contemporâneo como algo implícito e disfarçado, esse fenômeno cultural, que se firma na identidade nacional, “Somos Brasileiros” e nas ambiguidades entre os conceitos de que somos todos mestiços ou pardos, acaba afetando diretamente a formação de identidades da população indígena, o autor cita o mito da democracia racial, que no contexto indígena serviria como um caminho positivo para “virar branco”.

Outro aspecto bastante ressaltado pelo autor é a fossilização da cultura indígena, um exemplo muito simples seria o indígena utilizar celular, aparelho ortodôntico nos dentes ou calças jeans e ser constantemente hostilizado por isso, como se a cultura indígena fosse algo imutável e parado no tempo.

Milanez et. al. (2019), na produção do artigo “Existência e Diferença”, cita depoimentos e reflexões de personalidades indígenas, como o coautor do trabalho Ailton Krenak, em sua fala que foi transcrita, ele afirma que o conceito de aldeia que

a sociedade conhece, provém do período colonial que mais tarde foi perpetuado pelo Estado Brasileiro. A sociedade naturalizou a segregação, Ailton afirma que o Brasil produz um fenômeno chamado “benefício racista”, com o pretexto de proteger alguém ou preservar algum direito, acaba segregando e controlando.

Para Eloi Terena (2019, apud MILANEZ et al., 2019, p. 2174), as práticas de catequização resultaram no apagamento de práticas culturais indígenas. Para Kum Tum Akroá Gamela (2019, apud MILANEZ et al., 2019, p. 2174), em roda de conversa com o Antropólogo Kabengele Munanga e o jornalista e ambientalista Felipe Milanez (2019), a colonização é a negação da existência do outro, e os indígenas que sobreviveram ao histórico genocídio brasileiro vivem, provando a cada dia sua existência.

De acordo com o Ministro Edson Fachin em votação no dia 09 de setembro de 2021, contra o Marco Temporal, ele afirma: “Quem não vê a diferença, não promove a igualdade”. Será um longo processo até serem desmistificados certos pré-conceitos, em palestra o professor Munanga explica sobre a importância do estado em fomentar ações afirmativas, para que as diferenças deixem de ocupar o imaginário coletivo, para que discursos como: “você não parece índio”, ou acusações diretas como “não é mais índio”, ou é “ex-índio” não sejam corriqueiras contra a comunidade.

Ademais, o maior desafio dos povos indígenas no século XXI são o de garantir direitos a saúde, educação, terra, representação e a manutenção dos direitos já por eles adquiridos, (MELO, 2008).

Para Auritha Tabajara, em entrevista sobre sua ancestralidade, para o portal Maré de Notícias, “O Brasil não foi descoberto, foi invadido”, sendo assim são mais de 500 anos de luta, que dão corpo ao Movimento Indígena Brasileiro, este fenômeno cultural que é bastante plural e complexo pode ser coletivo ou individual, possui também inúmeras escalas e demandas. (MELO, 2008).

Jesus (2011) escreve que a população indígena vem crescendo, porém continua sendo vista como o “outro”, como pessoas que vivem presas ao passado, e que em pleno século XXI devem estar na floresta amazônica e não ocupando os espaços antes dominados pelos brancos. Contudo as populações indígenas estão mostrando grande poder de articulação e organização se mobilizando cada vez mais por seus interesses.

Nesse ponto Jesus (2011) reproduz os questionamentos que estão enraizados na sociedade não indígena: “Como lidar com a presença de seres historicamente

relegados ao passado? Sujeitos que figuram como meros coadjuvantes da história do Brasil? Afinal, não foram dizimados durante a colonização?”.

Ao longo dos séculos, tanto em noção de ruptura e aliança, como no manejo e aproximação política com o “inimigo”. Para Castro (2016), as culturas ameríndias têm demonstrado grande força articuladora; fazendo uso da aproximação e oposição para manter a sobrevivência de suas culturas.

Hoje os que se acham donos do Brasil — e que o são, em ultimíssima análise, porque os deixamos se acharem, e daí a o serem foi um pulo (uma carta régia, um tiro, um libambo, uma PEC) — preparam sua ofensiva final contra os índios. Há uma guerra em curso contra os povos índios do Brasil, apoiada abertamente por um Estado que teria (que tem) por obrigação constitucional proteger os índios e outras populações tradicionais, e que seria (que é) sua garantia jurídica última contra a ofensiva movida pelos tais donos do Brasil, a saber, os “produtores rurais” (eufemismo para “ruralistas”, eufemismo por sua vez para “burguesia do agronegócio”), o grande capital internacional, sem esquecermos a congenitamente otária fração fascista das classes médias urbanas. Estado que, como vamos vendo, é o aliado principal dessas forças malignas, com seu triplo braço “legitimamente constituído”, a saber, o executivo, o legislativo e o judiciário. (CASTRO, 2016, p. 97).

Como Castro (2016) define, ser brasileiro é ser súdito do Estado, ser um cidadão registrado, controlado e assistido pelo mesmo, ser indígena é ser parte de uma comunidade ligada à um lugar específico estar ligado à um povo e, ou uma etnia. Como forma de poder o Estado homogeneiza e generaliza o índio, para explicar o conceito explicado pelo autor é preciso seguir o conceito de que primeiro o estado transforma a etnia Kaingang em índio, depois transforma o índio em alguém administrado pelo estado, depois assistido e em seguida em índio sem-terra.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DADOS OBSERVADOS

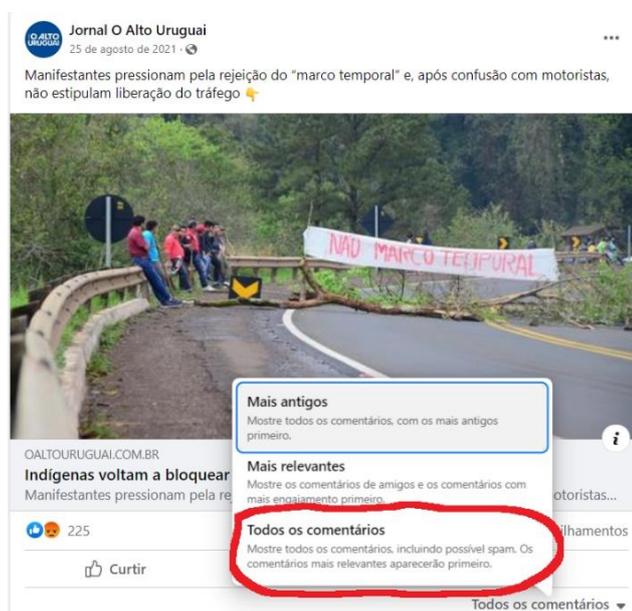
A intenção inicial deste trabalho era fazer uma pesquisa de recepção com os povos originários da reserva indígena de Iraí, para compreender o que os povos originários residentes ali achavam daquilo que era noticiado sobre eles. Após algumas tentativas de diálogo com a Liderança da FUNAI e o Cacique eleito na reserva, não obtivemos abertura e permissão para aplicação dos questionários e coletas de dados.

Em entrevistas com o cacique o principal argumento utilizado por ele para negar o nosso acesso foi contrário ao que se era pretendido, ele alegou que os meios jornalísticos regionais sempre retrataram as manifestações de forma inferior ou negativa àquilo que eles realmente pretendiam, por conta disso não seria permitido o acesso para aplicação da pesquisa.

Nesse momento, o recorte escolhido para objeto de estudo é apenas os comentários e como eles contribuem para a construção da cidadania no Facebook. Ao navegar nas redes sociais, nos deparamos com as mais diversas maneiras de interação. Para este trabalho foram encontrados alguns pontos merecedores de investigação na publicação em questão.

Na página do jornal, para a coleta de dados foi selecionada a postagem do dia 25 de agosto de 2021 e todos os 200 comentários, por se tratar de um extenso material e para torná-lo mais palpável, experimentamos alguns recursos e metodologias, a primeira selecionada foi a “Nuvem de palavras” (NP).

Figura 2 - Seleção de todos os comentários da postagem a ser analisada.



Fonte: Seleção dos comentários na Fanpage O Alto Uruguai (2022)

Em Seguida, no problema sob observação, foram tabulados manualmente os termos mais recorrentes nos comentários, porém para instrumentalizar esse processo foi selecionado dentro do método de análise de conteúdo a ferramenta NP, que possibilita a criação de uma imagem com partes de textos ou textos completos e em seguida a visualização dos termos mais mencionados, na NP pode se escolher a fonte, tamanho, cores entre outros recursos para facilitar a visualização.

Após esse processo de observação e constatação foram selecionados os textos dos 200 comentários, excluindo termos comuns como “se”, “o”, “os”, “a”, “as”, pontos e virgulas também foram excluídos da seleção, depois o texto foi colado na ferramenta gratuita WORDART¹. A ferramenta se trata de um programa de fácil compreensão e dentro dos parâmetros da pesquisa possui também uma linguagem acessível.

¹ Disponível em: <https://wordart.com/nwl5dq0aletg/nuvem-de-palavras>.

relações são construídas, é o que Recuero (2009) chama de atos performáticos identitários.

Diferente da observação participante, a observação não participante, que foi a escolhida para a pesquisa em questão, favorece o processo de coleta de dados, uma vez que aliada a tecnologia (TI) contribui para a originalidade dos fatos e discursos estudados (MARIETTO, 2018).

De acordo com a concepção do autor o uso de TI aumenta o rigor dos fatos a serem estudados, pois o observador pode cuidadosamente ver e rever várias vezes os mesmos, isso dentro da pesquisa possibilita identificar padrões e aspectos diferentes a cada incursão sem interferir ou intervir na postagem.

Marietto (2018) adaptou a intenção ou grau de envolvimento do observador de Gold (1958), e ressaltou as diferenças entre o observador e os participantes no período de coleta e análise dos dados obtidos. Sendo assim a categoria de observador que cabe a esta pesquisa é a de pesquisador completo. Aquele que observa sem participar do grupo social e no contexto atual ele utiliza ferramentas como fotografias, computadores, programas para coleta e tratamento de dados.

O autor defende o uso de um roteiro, em que pelo menos três aspectos se adequem ao objetivo do trabalho. Os aspectos sugeridos pelo autor e que foram selecionados são: escolher os aparatos a serem utilizados. As ferramentas escolhidas foram, um notebook, caderneta, caneta esferográfica azul, ferramenta para captura de tela, Print Screen do pacote Windows, em que você tira uma foto da tela desejada, para posterior complemento ao corpo do texto escrito e como documento a ser analisado, o Facebook e os próprios filtros que a página possui, como os comentários e reações.

Delimitar o tempo de observação, como horas, meses ou dias. No contexto do trabalho como já faz cerca de 1 ano que a pesquisa iniciou, desde que a postagem foi efetuada, seriam aproximadamente 60 horas de observação.

Determinar as delimitações sociais a serem observadas, nessa etapa dois aspectos foram escolhidos: em primeiro lugar como se constrói esse fenômeno a partir do ato da cidadania, e em segundo lugar, como o fenômeno do racismo e ódio contra os povos originários por meio do discurso é exposto nas interações.

3.1 A SITUAÇÃO A SER OBSERVADA

É de conhecimento da sociedade em geral que as causas indígenas lutam há anos por demarcação de terras, se antes isso ficava apenas no famoso “boca-a-boca”, nos dias de hoje, ao comentar em uma rede social os internautas geram um registro histórico, Recuero (2009) nomeia-os como rastros.

Depois do processo de pré análise foi identificada a necessidade de categorizar novamente esses dados, para que houvesse melhor organização dos mesmos. Para os critérios de observação foram elencadas algumas categorias de comentários. Tais como: comentários de violência e agressão, críticas contra as manifestações e incentivo ao trabalho, informações, respostas dos indígenas e apoiadores. Foram selecionados alguns comentários como exemplos, após esse procedimento foram se construindo reflexões acerca dos mesmos.

3.1.1 Agressão

Esses comentários são corriqueiros na postagem em questão, neles os internautas incitam a violência contra os povos originários das mais diversas maneiras. Alguns usuários incentivam o uso de agressão física, outro aspecto encontrado durante a observação foi o uso de termos de baixo calão, como vadio e vagabundo, de acordo com o dicionário ambos os termos representam um indivíduo que não possui ocupação, que está ocioso. De acordo com os comentários analisados, para os usuários em questão isso justificaria o fato dos manifestantes estarem ocupando a BR e não em seus respectivos trabalhos.

Outro aspecto analisado foi o uso dos termos como tropa ou bando, tropa para o dicionário de língua portuguesa, seria o agrupamento de soldados, já o uso bando para animais, e em termos jurídicos para praticar crimes em quadrilha.

De acordo com o historiador Karnal (2017), “Odiar é fácil”, o autor explica que o Brasil é um país violento, violentos ao dirigir, violentos nos comentários, violentos aos votar, violentos até ao torcer por algum time de futebol.

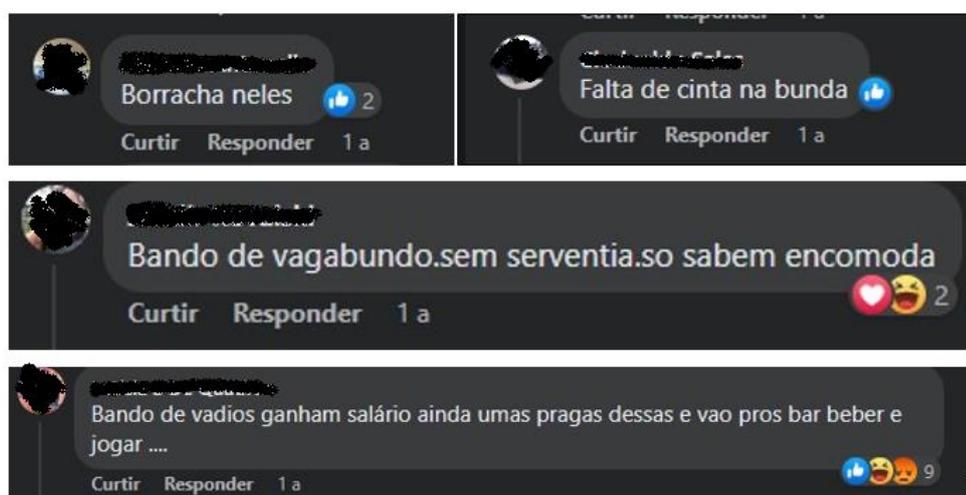
Na análise feita nesta etapa pode-se costurar o conceito social defendido por Bourdieu (2010) sobre violência simbólica, que também é um tipo de agressão, mas diferente da agressão física, por exemplo, ela se esconde em afirmações, crenças,

opiniões, ideias, etc. que são manifestadas a partir do discurso dominante, apoiados em concepções sociais, econômicas e culturais.

Tais comentários exemplificam o processo e propagação de violência simbólica por meio do discurso de ódio na internet, mas também as novas maneiras de fazer cidadania mediadas pelo jornalismo nas redes sociais.

Figura 4 - Comentários selecionados contendo discurso de ódio

Exemplos:



Fonte: PrintScreen dos comentários da página do Facebook.

3.1.2 Críticas e incentivo ao trabalho

Um dos padrões seguidos pelos internautas e reconhecido no processo de observação, foi a ordem que os internautas contrários às manifestações davam para os participantes da paralisação, eles expressaram em várias ocorrências que os manifestantes deviam “ir trabalhar ou procurar um trabalho”.

Esse conceito de que os povos originários não trabalham surge a partir de uma visão colonialista pouco discutida e até desconstruída nas salas de aula atualmente, como descreve Marchant (1943, p. 156):

Abra-se ao acaso uma História do Brasil para uso das escolas. Com raras exceções, nelas se encontram repetidos conceitos depreciativos acerca do papel do índio na formação econômica do Brasil colonial. Encontramos numa História em que estudam os meninos para exame de admissão ao curso secundário: "Como os índios nada produziam que se aproveitasse ao comércio"... Mudadas as palavras, o conceito é sempre o mesmo. Si se trata de explicar o advento do tráfico de escravos negros, a fórmula é simples: como os índios, por sua indolência - os mais benévolos, ou mais

nacionalistas, diziam que eram os índios irremediavelmente amantes da liberdade, portanto incapazes de se adaptarem ao trabalho -, não representassem valor econômico na produção colonial, recorreram -os colonos à escravidão negra. (MARCHANT, 1943, p. 156).

Do escambo à escravidão. O autor descreve em seu livro que muitos aspectos do contato econômico entre os portugueses e os nativos do Brasil foram negligenciados ou pouco estudados, destaca que de 1500 à 1570 os portugueses e os povos originários viveram praticamente sós em território brasileiro, por conta disso os colonizadores por não conhecerem o modo de vida e por estarem em número reduzido mantinham muita cautela em seu contato com os povos originários, pois os portugueses dependiam deles.

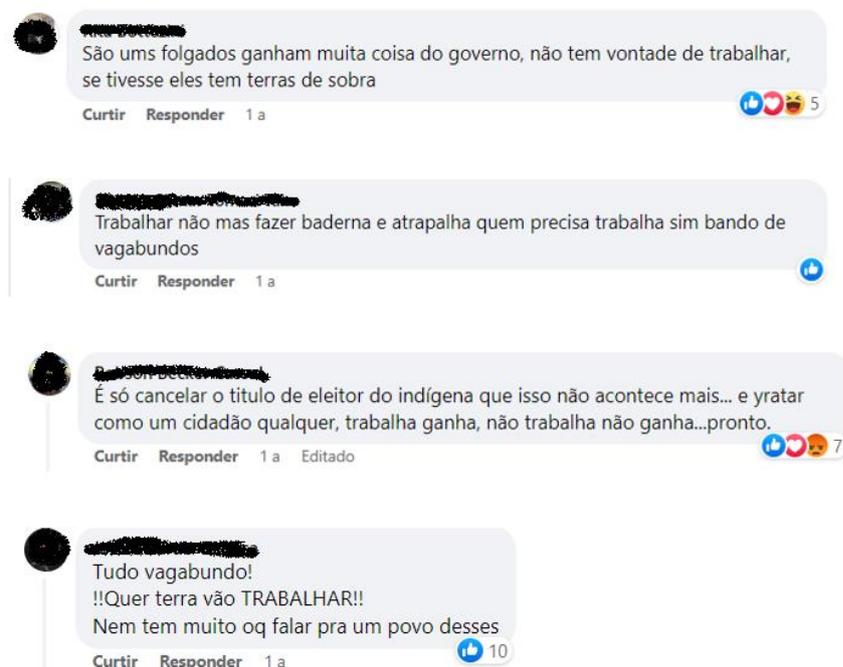
Por conta disso, Marchant (1943), explica que desse contato eles aprenderam a caçar, a pescar, a construir casas, embarcações, a abrir clareiras na mata, entre outros. Destaca também que por não terem mulheres nas incursões, aproximaram-se das índias e adotaram alguns costumes delas.

Por não compreender a forma de vida, o contexto histórico, crenças e costumes, entre outros aspectos já apresentados nesse trabalho, a aproximação entre essas duas civilizações até hoje gera consequências.

À medida que viviam na terra, começaram a compreender a imprevidência, a perfídia e a inconstância dos índios, e, comparando essas qualidades às suas, tornaram-se impacientes com aquela barbaria. Ao mesmo tempo os índios, aprendendo mais acerca dos portugueses, começaram a desprezá-los pela sua cautela e prudência; a repugnância em dar a morte a outro homem era a maior prova de covardia, e a covardia era a suprema vergonha. Com essa falta de compreensão, a menor disputa tornou-se suficiente para provocar desordens que por sua vez resultaram em guerra e escravidão. (MARCHANT, 1943, p. 167).

Figura 5 - Comentários contendo críticas e incentivo ao trabalho

Exemplos:



Fonte: PrintScreen dos comentários da página do Facebook

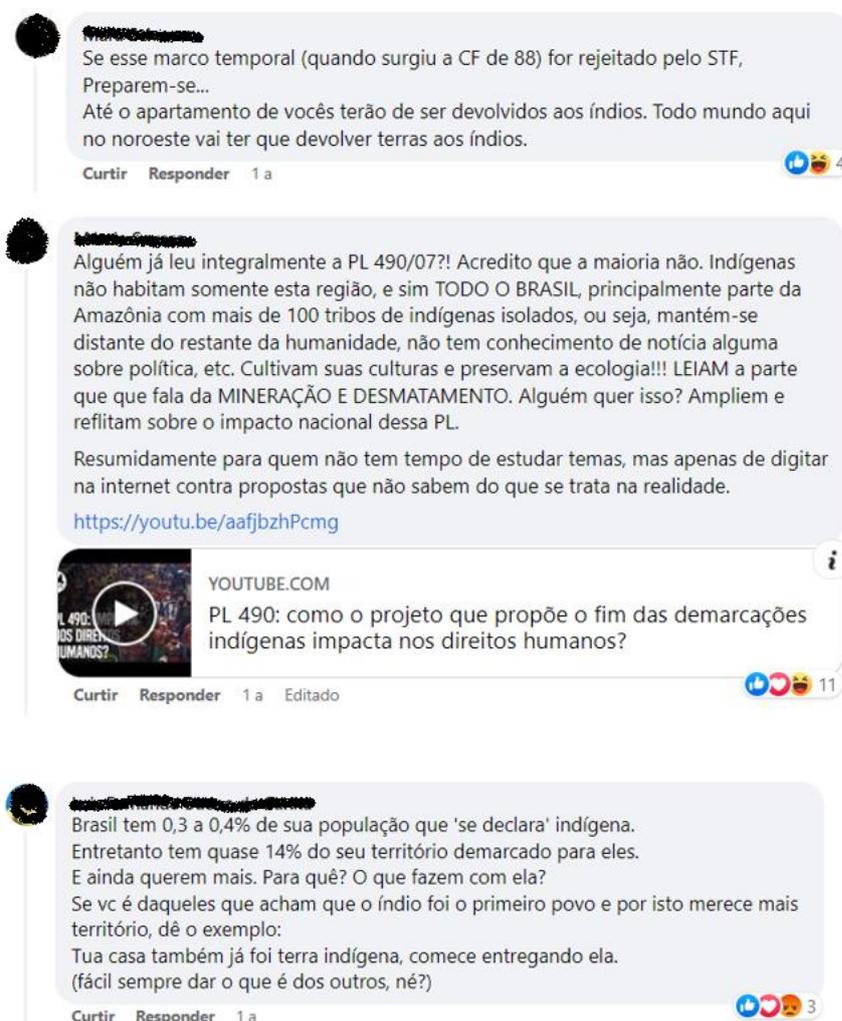
3.1.3 Informação

Essa categoria se divide em dois aspectos, o primeiro é o fato de que alguns internautas compartilharam informações extras sobre o tema, incentivando ou acrescentando aos leitores maiores informações que não estavam disponíveis na publicação em questão, o outro aspecto foi o compartilhamento de informações fundamentadas em saberes do senso comum ou informações falsas.

Dentre os comentários analisados foram identificados alguns internautas que fomentaram discussões a fim de contribuir com o texto jornalístico apresentado, esses internautas disponibilizaram links, expuseram dados extras, relataram experiências e opiniões próprias.

Ao passo que essas informações extras podem sim contribuir com a discussão, sendo elas verdadeiras, atualizadas ou até desatualizadas, por outro lado, alguns internautas também as utilizaram para defender pontos de vista, atacar a comunidade indígena e disseminar mitos, informações falsas ou Fake News, fazendo recortes tanto positivos quanto negativos ao que foi apresentado pelo veículo de comunicação. Veja exemplos na Figura 9 abaixo:

Figura 6 - Comentários contendo informações extras e Fake News



Fonte: PrintScreen dos comentários da página do Facebook

Para Delmazo e Valente (2018), no Brasil a disseminação de Fake News ocorre por meio de histórias fabricadas, boatos, notícias falsas e manchetes tendenciosas, entre outras. Defendem que as notícias falsas ganham grandes proporções devido ao poder de propagação que os internautas possuem no ambiente digital.

O Estado negou a nossa existência, mas nós continuamos existindo, e todo dia a gente tem que provar que existe. Tem que provar ao Estado brasileiro que a gente existe, tem que provar à Universidade, tem que explicar que a gente existe. Os cartórios se negam a registrar nossas crianças como indígenas, dizendo que só podem ser registradas como "pardas": essa é uma forma violenta de racismo. Uma forma de intimidação que está ligada à questão da terra: ao aceitar que uma criança carregue a identidade de indígena, o Estado está aceitando que essa criança tenha direito à terra. Os cartórios sacaram isso. (DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 98).

De acordo com o relato de Kum Tum Akroá Gamela em um estudo de Milanez et. al. (2019), o Estado brasileiro nega o apagamento da existência indígena, contudo sabe-se que sem identidade não há dados palpáveis para o estado e isso acaba colocando em risco a vida e a história dos povos originários.

3.1.4 Respostas dos indígenas e apoiadores.

Sob outro enfoque, a partir das contribuições oferecidas pelos usuários da rede, observa-se o que Foletto (2016) escreve sobre cidadania midiaticizada, com toda mudança tecnológica, busca por novas identidades, mudanças, reconfigurações nos sistemas comunicacionais, os povos originários que protestam, mobilizam-se acabam atribuindo novos significados aos termos de resistência e luta por direitos. Eles também são leitores do jornal, também são usuários das redes sociais e também existem como cidadãos brasileiros, atuando também como receptores dessas informações.

É por meio da fala – que, como foi pioneiramente apontado por Clastres (1978), é o instrumento de emissão de poder nas sociedades indígenas –, mas também de ações de ocupação de espaços geográficos e simbólicos que as sociedades indígenas vêm buscando fazer entender, ao Estado e aos não índios de modo geral, que não são apenas diferentes do “homem branco”, mas diversas entre si: possuem línguas, modos de socialidade, conhecimentos cosmológicos, regimes políticos e econômicos distintos. E que essa diversidade não pode ser ignorada, nem subtraída. (CAPIBERIBE; BONILLA, 2015).

Para Franco, Di Felicce e Pereira (2020), diversas etnias vêm mostrando seu papel cidadão nas redes sociais a partir da apropriação dos dispositivos digitais, isso ocorre em favor de suas famílias e comunidades. Os ambientes virtuais passaram a servir como um espaço de voz, resistência e denúncias, que são tanto nacionais como internacionais.

É interessante observar como as postagens tornam-se espaços virtuais apropriados pelos ativistas indígenas enquanto canais de expressão comunicacional, mas também de extensão de uma experiência cosmológica, por meio da qual falam de si, da sua relação com o outro, com o mundo e orientam um agir cotidiano em articulam com seus parentes distantes, mas conectados em uma mesma rede de ações, crenças e consciência. Uma rede que passa a dar corpo e representatividade digital aos povos indígenas perante os demais grupos sociais, a partir da demarcação do seu lugar de fala e da sua presença cada vez mais expandida pela abrangência e visibilidade das redes. (FRANCO; DI FELICCE; PEREIRA, 2020, p. 48)

Isso pode ser percebido por meio dos comentários selecionados nos exemplos da Figura 10 a seguir:

Figura 7 - Comentários contendo textos de apoio e respostas aos outros usuários.



Fonte: PrintScreen dos comentários da página do Facebook

É válido observar que na postagem em questão, mobilizações de todos as naturezas foram identificadas, tanto por parte dos povos originários quanto pelos usuários da rede em geral, em nenhum momento durante a observação foi percebido o pronunciamento do jornal o Alto Uruguai a respeito do tema, dos discursos e opiniões ali publicadas.

Figura 8 -Trecho retirado das diretrizes do Facebook

O que não fazer

- Não publique conteúdo que ataca diretamente as pessoas com base nos critérios abaixo. Organizações e pessoas conhecidas dedicadas a promover o ódio contra esses grupos protegidos não podem estar presentes no Facebook.
- Raça
- Etnia
- Nacionalidade
- Religião
- Orientação sexual
- Sexo, gênero ou identidade de gênero
- Deficiências ou doenças graves

Fonte: Imagem retirada do Site da Meta²

[...]o mundo se sente ansioso e dividido, e o Facebook tem muito trabalho a fazer - seja protegendo a nossa comunidade de abusos e ódio”, Zuckerberg disse estar otimista com as ferramentas de Inteligência Artificial que identificam conteúdo linguístico de ódio, mas assumiu que “até automatizarmos mais o processo, há um índice de erros maior do que eu gostaria[.]. (CNBC, 2018; SILVA, et. al., 2018)

O Facebook possui diretrizes que auxiliam a identificar e banir certos tipos de conteúdo. O CEO, Mark Zuckerberg testemunhou na Suprema Corte Americana, no evento reconheceu as limitações que o site possui, e comprometeu uma busca pessoal por alternativas para o problema.

² Disponível: <https://www.facebook.com/business/help/170857687153963?id=208060977200861>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está prevista na Lei Federal 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo, a punição para pessoas que praticarem os seguintes crimes: “de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, o que inclui os indígenas”.

Nenhuma informação sobre a gestão dos comentários por parte do jornal foi disponibilizada para a pesquisa. Durante a observação não foi identificado o pronunciamento ou intervenção do jornal nos comentários. Em contato direto também não foi obtido o retorno pretendido, a conclusão é que não ter uma resposta assertiva sobre o posicionamento do jornal frente à violência ali disseminada ou ainda, sobre os filtros que o meio de comunicação utiliza para mediar as interações dos usuários, já é uma resposta.

Existe uma vasta disponibilidade de artigos acadêmicos sobre a temática indígena e esses possibilitam maiores debates e troca de dados. Tal contato com o tema traz a experiência de compreender as transformações que a sociedade atual está passando.

Compreender como se modificam e encaixam os conceitos de cidadania na atualidade para etnias, povos e camadas sociais distintas.

Acima de tudo, cortar a relação deles com a terra. Separar os índios (e todos os demais indígenas) de sua relação orgânica, política, social, vital com a terra e com suas comunidades que vivem da terra — essa separação sempre foi vista como condição necessária para transformar o índio em cidadão. Em cidadão pobre, naturalmente. Porque sem pobres não há capitalismo, o capitalismo precisa de pobres, como precisou (e ainda precisa) de escravos. Transformar o índio em pobre. Para isso, foi e é preciso antes de mais nada separá-lo de sua terra, da terra que o constitui como indígena. (CASTRO, 2016, p. 78).

Produzir este trabalho oportunizou também o conhecimento de autores e suas teorias, a partir delas desmistificar conceitos etnocêntricos que foram carregados por mim, por muito tempo.

Durante o mandato de Jair Bolsonaro, ficou claro o desinteresse do governo em defender os interesses dos povos originários, 2023 acabou de começar e já surgiram denúncias sobre as condições desumanas nos Yanomami de Roraima, mas qual motivo levou os meios de comunicação a não denunciarem tamanho crime contra os direitos dessas pessoas.

Com as novas eleições presidenciais acredito muito no avanço das pautas indígenas devido à representatividade de algumas lideranças junto à presidência, acredito também que o trabalho pode evoluir seguindo algumas linhas de pesquisa, análise e comparação entre os dois governos, cidadania e direitos humanos, como os coletivos indígenas irão se posicionar a partir de agora e também a participação cidadã no TikTok frente às pautas indígenas atuais.

REFERÊNCIAS

- ABELLA, L. B. G. **Redes sociais e empoderamento cidadão**. Nt: Paco e Littera, 2016. 184 p. Disponível em: <https://www.tocalivros.com/ebook/redes-sociais-e-empoderamento-cidadao-leticia-beatriz-gambetta-abella-paco-e-littera>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- ALVES, Y. M. Jornalismo em mídias sociais de imagens instantâneas: as narrativas jornalísticas em formato de stories no snapchat e instagram. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade – Universidade Federal do Tocantins, Palmas. 2018.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRAGA, C. F.; CAMPOS, P. H. F. Invisíveis e subalternos: as representações sociais do indígena. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 499-506, 2012.
- CAPIBERIBE, A.; BONILLA, O. A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios?. **Estudos avançados**, v. 29, p. 293-313, 2015.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELLO, M. C. O. L.; DE BRITO, M. J. Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 7, n. 3, 2005.
- CASTRO, E. V. **Os involuntários da pátria**. Reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4865765/mod_resource/content/1/140-257-1-SM.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.
- CORTEZÃO, R. H. **Sociedade em rede e discurso de ódio na Amazônia**: estudo de caso dos ataques aos índios Tenharim no Facebook1. 2017
- COVRE, M L. M. Primeira aproximação de cidadania. In: O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 8-15. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3896971/mod_resource/content/1/L.aula2_grupo5_O_que_e_cidadania.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.
- DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, v. 18, n. 32, 155-169, 2018.
- FENAJ. **Código de ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 20 maio 2022.
- FOLETTTO, R. Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 131, p. 277-292, 2016.

FRANCO, T. C.; DI FELICE, M.; PEREIRA, E. S. O net-ativismo indígena na Amazônia, em contextos pandêmicos. **Estudos em Comunicação**, n. 31, p. 109-132, 2020.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Brasil. **Serviço de Proteção aos Índios - SPI**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi?limitstart=0#>>. Acesso em: 01 dez. 2022

GARCIA, C. de P. et al. **Bataguengé a Rongo**: sincretismo, identidade e religião. 2001.

JESUS, Z. R. de. **Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito**. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935234_ARQUIVO_PovosindigenasehistoriadoBrasil.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

KARNAL, L. **Todos contra todos**: o ódio nosso de cada dia. Leya, 2017.

LEMOS, L. M. P. Nuvem de tags como ferramenta de análise de conteúdo: uma experiência com as cenas estendidas da telenovela *Passione* na internet. **Lumina**, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21192>. Acesso em: 18 maio 2022.

MAGRANI, E. **Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático**. FGV Direito Rio, 2014.

MARCHANT, A. **Do escambo à escravidão**: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580. Brasiliense, 1943. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/310>. Acesso em: 25 maio 2022.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v.17, n.4, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3312/331259758002/331259758002.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

MELO, P. B. **O índio na mídia: discurso e representação social**. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Patricia_Melo3/publication/271909917_O_INDIO_NA_MIDIA_DISCURSO_E_REPRESENTACAO_SOCIAL/links/54d677030cf25013d033dd0d.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

MILANEZ, F. et al. Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, p. 2161-2181, 2019.

MUNANGA, K. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Movimento-Revista de educação**, v. 1, n.1, 2005.

MUNANGA, K. **Facetas de um racismo silenciado**. In: Raça e diversidade. São Paulo: Edusp/Estacao Ciencia, 1996. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000917615>. Acesso em: 23 dez. 2022

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. População mundial chegará a 8 bilhões em novembro de 2022. 11 de julho de 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/189756-populacao-mundial-chegara-8-bilhoes-em-novembro-de-2022>. Acesso em: 12 ago. 2022

RECUERO, R. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **Metamorfoses jornalísticas**, v. 2, p. 1-269, 2009.

RIBEIRO, A. T. **Comunicação e poder**: Transparência pública, pós-verdade e inovação no mundo digital: O escândalo e o sensacionalismo. Paco e Littera, 2022. cap. 3, p. 57-77.

RIBEIRO, R. F.; MENDES, L. A de C.; MENDES, P. M. C. Tribos virtuais: uma análise do uso das mídias sociais pelos movimentos indígenas. **Revista Manguio Acadêmico**, v. 1, n. 1, p. 18-26, 2016.

SANTOS, F. M. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. 2012. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=AN%C3%81LISE+DE+CONTE%C3%9ADO%3A+A+VIS%C3%83O+DE+LAURENCE+BARDIN&btnG. Acesso em: 18 maio 2022.

SILVA, J. F. et al. Participação política na timeline: o Facebook como arena pública para sugestões legislativas apresentadas no e-cidadania. 2018. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16978/TES_PPGCOMUNICACAO_2018_SILVA_JONARIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 jan. 2023

SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Resolução 217 A III, em 10 de dezembro 1948**. Disponível em : <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 29 maio 2022.

WILL, K. L. P. Genocídio indígena no Brasil. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Jurídico Políticas) - Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2014.